



Português como língua de acolhimento: experiências interculturais no ensino de português para migrantes

Portuguese as a host Language: intercultural experiences in teaching Portuguese to migrants

Miguel Santiago da Silva¹

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões acerca do ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) desenvolvido em contexto de extensão universitária voltado para migrantes e refugiados. O objetivo do estudo é discutir a importância das práticas de acolhimento linguístico e da interculturalidade no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa para sujeitos em situação de mobilidade humana. A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência, fundamentado nos pressupostos da Linguística Aplicada e nos estudos sobre PLAc. A análise considera atividades pedagógicas desenvolvidas em aulas de português destinadas a migrantes, destacando aspectos relacionados à comunicação, à integração social e ao compartilhamento de experiências culturais. Os resultados evidenciam que o ensino de português, quando orientado por uma perspectiva intercultural, ultrapassa o desenvolvimento de competências linguísticas, contribuindo para a valorização das identidades dos participantes e para sua inserção em diferentes espaços sociais. Observou-se ainda que as práticas de acolhimento linguístico favorecem a construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, nos quais o diálogo entre diferentes culturas se torna elemento central do processo educativo. Conclui-se que o PLAc desempenha papel relevante na promoção da inclusão social e no fortalecimento das relações interculturais, constituindo-se como importante campo de atuação e pesquisa na área da Linguística Aplicada.

Palavras-chave: Português como Língua de Acolhimento. Interculturalidade. Migração. Linguística Aplicada. Ensino de Português.

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), miguel.santiago@academico.ufpb.br.

ABSTRACT

This article presents reflections on the teaching of Portuguese as a Host Language (PHL) in a university extension context aimed at migrants and refugees. The objective of the study is to discuss the importance of linguistic welcoming practices and interculturality in the teaching and learning process of Portuguese for individuals experiencing human mobility. The research is characterized as an experience report, grounded in the assumptions of Applied Linguistics and studies on Portuguese as a Host Language. The analysis considers pedagogical activities developed in Portuguese language classes for migrants, highlighting aspects related to communication, social integration, and the sharing of cultural experiences. The results show that Portuguese language teaching, when guided by an intercultural perspective, goes beyond the development of linguistic competencies, contributing to the appreciation of participants' identities and their integration into different social spaces. It was also observed that linguistic welcoming practices promote more inclusive learning environments, in which dialogue among different cultures becomes a central element of the educational process. It is concluded that Portuguese as a Host Language plays a relevant role in promoting social inclusion and strengthening intercultural relations, constituting an important field of action and research within Applied Linguistics.

Keywords: Portuguese as a Host Language. Interculturality. Migration. Applied Linguistics. Portuguese Language Teaching.

1. Introdução

Os fluxos migratórios internacionais têm se intensificado nas últimas décadas em decorrência de conflitos armados, crises econômicas, perseguições políticas, violações de direitos humanos e desastres ambientais. Esse cenário tem provocado o deslocamento forçado de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo, exigindo dos países receptores a implementação de políticas de acolhimento e integração social (Jubilut, 2007).

Entre os desafios enfrentados por migrantes e refugiados, destaca-se a questão linguística. O acesso à língua do país de acolhimento constitui um elemento fundamental para a participação social, o acesso a serviços públicos, à educação e ao mercado de trabalho. Nesse contexto, o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) tem sido compreendido como uma importante ferramenta de inclusão e de exercício da cidadania (Sousa, 2015).

Além do aprendizado linguístico, o processo de acolhimento envolve dimensões culturais e interculturais. De acordo com Schlatter e Garcez (2012), o ensino de línguas adicionais deve considerar as experiências socioculturais dos aprendizes, promovendo espaços de interação, diálogo e construção de conhecimentos. Da mesma forma, Figueiredo (2009) destaca que língua e cultura constituem elementos inseparáveis nos processos de ensino e aprendizagem.

Em referência a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desenvolve o projeto de extensão “Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar”, que busca promover o ensino de português, o intercâmbio cultural e a integração social de refugiados e migrantes residentes no estado. As ações do projeto articulam ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação dos estudantes envolvidos e para o fortalecimento de práticas voltadas aos direitos humanos e à inclusão social.

O supracitado artigo tem como objetivo apresentar e discutir as contribuições do projeto para o acolhimento linguístico e cultural de refugiados e migrantes na Paraíba, destacando o papel do Português como Língua de Acolhimento e das práticas interculturais desenvolvidas no âmbito universitário.

2. Português como língua de acolhimento e interculturalidade

O Português como Língua de Acolhimento (PLAc) tem se destacado como uma importante área de atuação e pesquisa no contexto brasileiro, especialmente diante do aumento dos fluxos migratórios e da chegada de refugiados ao país. Diferentemente do ensino tradicional de português como língua estrangeira, o PLAc está voltado para sujeitos que necessitam da língua portuguesa para atender demandas imediatas de comunicação, acesso a serviços públicos, inserção social e exercício da cidadania.

Nessa perspectiva, o ensino da língua ultrapassa objetivos estritamente linguísticos, assumindo também uma dimensão social e humanitária. O acolhimento linguístico busca criar condições para que migrantes e refugiados possam participar de forma mais efetiva da sociedade que os recebe, favorecendo processos de integração sem desconsiderar suas identidades culturais e linguísticas.

Segundo autores da Linguística Aplicada, o ensino de línguas deve considerar os contextos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Dessa forma, as práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos de acolhimento precisam reconhecer a diversidade de experiências, histórias de vida e repertórios culturais trazidos pelos aprendizes. Tal compreensão contribui para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e sensíveis às necessidades dos participantes.

Nesse contexto, a interculturalidade ocupa papel central. Para Kramsch, o ensino de línguas envolve também o contato entre diferentes formas de interpretar e compreender o mundo. Assim, aprender uma nova língua não significa apenas adquirir estruturas gramaticais e vocabulário, mas também desenvolver a capacidade de dialogar com diferentes culturas e perspectivas.

A interculturalidade, portanto, não deve ser entendida como simples transmissão de informações sobre determinada cultura. Trata-se de um processo de interação que valoriza o diálogo, o respeito às diferenças e a construção de conhecimentos compartilhados. Em contextos de Português como Língua de Acolhimento, essa perspectiva possibilita que os participantes não sejam vistos apenas como aprendizes

da língua portuguesa, mas como sujeitos portadores de saberes, experiências e identidades que enriquecem o processo educativo.

Dessa maneira, as práticas de PLAc fundamentadas em princípios interculturais contribuem para a promoção da inclusão social, para o fortalecimento das relações entre diferentes grupos culturais e para a construção de espaços de aprendizagem mais democráticos. O ensino da língua passa a ser compreendido como uma ferramenta de acolhimento, participação social e reconhecimento da diversidade humana.

3. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa, desenvolvido a partir da participação do autor no projeto de extensão “Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar”, vinculado ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O projeto articula ensino, pesquisa e extensão por meio de ações voltadas ao ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), à promoção da interculturalidade e ao fortalecimento da inclusão social de migrantes e refugiados residentes no estado da Paraíba ou em outros estados.

A experiência analisada resulta da participação do autor nas ações extensionistas desenvolvidas durante os semestres letivos 2025.2 e 2026.1, período em que atuou como estudante voluntário nas aulas de Português como Língua de Acolhimento, colaborando na preparação de materiais didáticos, no acompanhamento das atividades pedagógicas e nas interações interculturais realizadas com os participantes do projeto.

As turmas eram compostas por migrantes e refugiados de diferentes nacionalidades, com predominância de participantes oriundos da Venezuela e da Colômbia, além de estudantes provenientes de outros países da América Latina de abrangência internacional. Essa diversidade cultural e linguística proporcionou um ambiente favorável ao desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas na interculturalidade, valorizando os conhecimentos prévios, as experiências de vida e as diferentes identidades linguísticas dos participantes.

Os dados analisados foram obtidos por meio da observação participante das aulas, dos registros produzidos durante as atividades extensionistas e das experiências vivenciadas ao longo das ações do projeto. A análise fundamenta-se nos pressupostos da Linguística Aplicada, compreendida como um campo de investigação comprometido com a compreensão e a transformação de práticas sociais mediadas pela linguagem, especialmente em contextos educacionais marcados pela diversidade linguística e cultural (Moita Lopes, 2006; Schlatter; Garcez, 2012).

Por tratar-se de um relato de experiência, o objetivo deste estudo não consiste em generalizar resultados, mas em refletir criticamente sobre as práticas desenvolvidas no contexto do projeto, evidenciando as contribuições do ensino de

Português como Língua de Acolhimento para o acolhimento, a integração social e a formação intercultural dos sujeitos envolvidos.

4. Projeto refugiados e migrantes na paraíba: acolher e integrar

O projeto de extensão *“Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar”* (PJ1871-2025), desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), está vinculado ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM/CCHLA) e integra ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao acolhimento linguístico, à integração social e à promoção dos direitos humanos de migrantes e refugiados residentes no estado da Paraíba. A iniciativa conta com apoio institucional da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFPB) e atua em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM/ACNUR), fortalecendo ações de internacionalização universitária comprometidas com a inclusão social.

O projeto teve origem em resposta à intensificação da chegada de refugiados venezuelanos à Paraíba, especialmente a partir de 2018, quando o processo de interiorização coordenado pelo Governo Federal passou a encaminhar famílias refugiadas para diferentes estados brasileiros. Com o decorrer dos anos, as ações passaram a contemplar migrantes e refugiados de diversas nacionalidades, ampliando o alcance das atividades desenvolvidas e fortalecendo o diálogo intercultural entre universidade e comunidade (Sousa, 2015; Jubilut, 2007).

As atividades concentram-se em dois eixos principais. O primeiro refere-se ao ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), por meio de aulas, oficinas interculturais e práticas pedagógicas fundamentadas em abordagens comunicativas e interacionistas. O segundo eixo contempla ações relacionadas às políticas de acolhimento e integração, incluindo mediação linguística, orientação documental, debates sobre direitos humanos e iniciativas voltadas à inclusão educacional e social dos participantes (Spolsky, 2004; Schlatter; Garcez, 2012).

Durante os semestres letivos de 2025.2 e 2026.1, período em que o autor participou como estudante voluntário do projeto, as turmas de Português como Língua de Acolhimento foram compostas por estudantes provenientes, principalmente, da Venezuela e da Colômbia, além de participantes oriundos de outros países da América Latina. A diversidade linguística e cultural presente nas aulas possibilitou o desenvolvimento de práticas pedagógicas pautadas na interculturalidade, favorecendo o compartilhamento de experiências, saberes e diferentes perspectivas culturais.

Além de contribuir para o processo de integração social dos migrantes e refugiados, o projeto constitui um importante espaço de formação para estudantes de graduação da UFPB, especialmente dos cursos de Letras. A participação nas atividades extensionistas possibilita a articulação entre teoria e prática, promovendo reflexões sobre políticas linguísticas, ensino de línguas, direitos humanos e educação

intercultural. Nesse sentido, o projeto reafirma o papel da universidade pública como agente de transformação social, comprometida com a promoção da cidadania, da inclusão e do respeito à diversidade cultural.

5. Interculturalidade e práticas de acolhimento linguístico: reflexões a partir da experiência extensionista

A experiência desenvolvida no projeto “Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar” evidenciou que o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) ultrapassa os objetivos tradicionalmente atribuídos ao ensino de línguas. Ao longo das atividades extensionistas, observou-se que a sala de aula se constituiu como um espaço de encontro entre diferentes culturas, histórias de vida e repertórios linguísticos, favorecendo não apenas a aprendizagem da língua portuguesa, mas também a construção de relações baseadas no respeito, na escuta e na valorização da diversidade cultural.

As aulas procuravam privilegiar situações reais de comunicação, abordando conteúdos relacionados ao cotidiano dos participantes, como apresentação pessoal, acesso aos serviços públicos, saúde, transporte, alimentação, trabalho e educação. Em vez de uma abordagem centrada exclusivamente na gramática normativa, buscava-se desenvolver competências comunicativas que permitissem aos estudantes utilizar a língua portuguesa em diferentes situações sociais, favorecendo sua autonomia e participação na sociedade brasileira.

Outro aspecto observado foi a importância da interculturalidade como princípio orientador das práticas pedagógicas. Em diversas atividades, os próprios migrantes e refugiados compartilhavam elementos de suas culturas, como costumes, culinária, músicas, expressões linguísticas e relatos de suas experiências de migração. Essas ações transformam a sala de aula em um espaço de aprendizagem mútua, no qual todos os participantes assumem simultaneamente os papéis de aprendizes e de produtores de conhecimento.

Nesse contexto, o processo de ensino-aprendizagem revelou-se dialógico e colaborativo. Os estudantes brasileiros também ampliaram seus conhecimentos sobre diferentes culturas e passaram a compreender, de maneira mais crítica, questões relacionadas às migrações internacionais, aos direitos humanos e às desigualdades sociais. Dessa forma, o projeto não produziu impactos apenas sobre os migrantes e refugiados, mas também sobre a formação acadêmica, humana e profissional dos extensionistas.

A elaboração dos materiais didáticos constitui outra dimensão relevante dessa experiência. Os conteúdos produzidos buscavam contemplar situações comunicativas autênticas, utilizando linguagem acessível, recursos visuais e atividades contextualizadas à realidade dos participantes. Sempre que possível, procurava-se

incorporar aspectos culturais brasileiros sem desconsiderar as identidades culturais dos estudantes, promovendo uma perspectiva intercultural de ensino.

A participação no projeto também permitiu compreender que o Português como Língua de Acolhimento representa uma importante política linguística de inclusão social. O domínio da língua portuguesa favorece o acesso a direitos, amplia possibilidades de inserção no mercado de trabalho, facilita o contato com instituições públicas e fortalece a autonomia dos migrantes e refugiados em sua vida cotidiana. Entretanto, esse processo somente se torna efetivo quando o ensino da língua é acompanhado por práticas pedagógicas pautadas no acolhimento, na escuta e no reconhecimento da diversidade.

Dessa forma, a experiência extensionista evidenciou que projetos universitários dessa natureza cumprem um papel fundamental na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Ao aproximar a universidade das demandas sociais, possibilitam a formação de profissionais mais sensíveis às questões da mobilidade humana e contribuem para a construção de uma educação linguística comprometida com os direitos humanos, com a interculturalidade e com a justiça social.

6. O português como língua de acolhimento PLAc: fundamentos teóricos

O crescimento dos fluxos migratórios internacionais nas últimas décadas tem provocado importantes transformações nas políticas públicas voltadas à inclusão social e educacional de pessoas em situação de mobilidade humana. Nesse contexto, o ensino da língua do país de acolhimento passou a ocupar um papel estratégico na promoção da cidadania, da autonomia e do acesso aos direitos fundamentais. No Brasil, essa demanda impulsionou o desenvolvimento do Português como Língua de Acolhimento (PLAc), modalidade de ensino voltada especificamente para migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio.

Diferentemente do ensino tradicional de Português como Língua Estrangeira (PLE), cujo foco frequentemente está relacionado a objetivos acadêmicos, profissionais ou turísticos, o PLAc busca atender às necessidades imediatas de comunicação dos sujeitos em situação de deslocamento forçado ou migração. Nessa perspectiva, o ensino da língua ultrapassa os aspectos puramente gramaticais e passa a constituir um instrumento de inclusão social, participação cidadã e garantia de direitos (Sousa, 2015).

Segundo Almeida Filho (2012), o ensino de português para falantes de outras línguas consolidou-se como uma área específica de investigação no Brasil, exigindo metodologias próprias capazes de contemplar as diferentes motivações e contextos dos aprendizes. No caso dos refugiados e migrantes, entretanto, tais necessidades tornam-se ainda mais complexas, uma vez que o processo de aprendizagem ocorre, muitas vezes, simultaneamente ao enfrentamento de dificuldades relacionadas ao trabalho, à moradia, à documentação, ao acesso à saúde e à adaptação cultural.

Sob essa perspectiva, o conceito de acolhimento assume um significado que vai além da aprendizagem linguística. Ensinar português para refugiados implica reconhecer que a língua constitui uma ferramenta de interação social, de construção de pertencimento e de exercício da cidadania. O processo educativo, portanto, deve considerar as experiências de vida dos participantes, seus conhecimentos prévios, suas identidades culturais e os desafios enfrentados em sua inserção na sociedade brasileira.

Essa compreensão aproxima-se da concepção de língua adicional, proposta por Schlatter e Garcez (2012), segundo a qual a aprendizagem de uma nova língua não substitui a língua materna do estudante, mas amplia seu repertório linguístico e cultural. Nessa abordagem, diferentes línguas coexistem e dialogam, favorecendo práticas interculturais fundamentadas no respeito à diversidade e na valorização das identidades dos aprendizes.

As discussões sobre PLAc também dialogam com os estudos das políticas linguísticas. Para Spolsky (2004), toda política linguística envolve não apenas normas oficiais, mas também práticas sociais e crenças compartilhadas pelos sujeitos que utilizam determinada língua. Posteriormente, o autor amplia essa compreensão ao afirmar que as políticas linguísticas podem ser analisadas em três dimensões complementares: às políticas declaradas, representadas pelas legislações e documentos oficiais; as políticas praticadas, observadas nas ações concretas desenvolvidas pelas instituições; e as políticas percebidas, relacionadas às atitudes e às crenças dos diferentes atores sociais (Spolsky, 2009, 2012).

No contexto brasileiro, tais reflexões tornam-se particularmente relevantes diante do aumento do número de refugiados e migrantes que necessitam acessar serviços públicos, instituições educacionais e oportunidades de trabalho. Embora a legislação brasileira reconheça diversos direitos às pessoas migrantes, o domínio da língua portuguesa continua sendo um dos principais fatores que favorecem sua integração social. Nesse sentido, o ensino de PLAc configura-se como uma importante política linguística de inclusão, contribuindo para reduzir barreiras comunicativas e ampliar a participação dos migrantes na sociedade.

Além dos aspectos linguísticos, o PLAc incorpora uma dimensão intercultural que reconhece a pluralidade de saberes presentes na sala de aula. Conforme destaca Figueiredo (2009), o ensino de línguas deve possibilitar o diálogo entre diferentes culturas, favorecendo a construção de competências interculturais capazes de promover relações baseadas no respeito, na empatia e na cooperação. Dessa forma, a aprendizagem da língua portuguesa ocorre simultaneamente ao compartilhamento de experiências, valores e práticas culturais entre professores e estudantes.

No âmbito da extensão universitária, essa perspectiva adquire especial relevância, pois aproxima a universidade das demandas sociais e fortalece seu compromisso com a promoção dos direitos humanos. Ao oferecer aulas de Português

como Língua de Acolhimento, as instituições de ensino superior não apenas contribuem para o desenvolvimento linguístico dos participantes, mas também criam espaços de convivência intercultural, formação cidadã e produção coletiva de conhecimentos.

Desse modo, compreender os fundamentos teóricos do PLAc significa reconhecer que ensinar uma língua em contextos de migração envolve dimensões linguísticas, sociais, culturais e políticas. Mais do que desenvolver competências comunicativas, trata-se de construir práticas educativas comprometidas com a inclusão, a justiça social e o reconhecimento da diversidade humana, princípios que orientam as ações desenvolvidas pelo projeto “Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar” e que fundamentam as reflexões apresentadas neste relato de experiência.

7. Interculturalidade na formação docente

A formação de professores de línguas na contemporaneidade exige muito mais do que o domínio de conteúdos linguísticos e metodológicos. As constantes transformações sociais, os fluxos migratórios e a crescente diversidade cultural presente nas escolas demandam profissionais capazes de compreender a complexidade das relações interculturais e de desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, o respeito às diferenças e a promoção dos direitos humanos. Nesse contexto, a interculturalidade constitui um dos princípios fundamentais para a formação docente.

Segundo Candau (2008), a educação intercultural busca romper com perspectivas homogeneizadoras da escola, valorizando a diversidade cultural como elemento constitutivo do processo educativo. Nessa perspectiva, ensinar não significa apenas transmitir conhecimentos, mas promover espaços de diálogo entre diferentes sujeitos, culturas e formas de compreender o mundo. Para a autora, reconhecer a diversidade implica combater práticas de exclusão e construir relações pautadas no respeito e na igualdade.

Essa compreensão aproxima-se da proposta de interculturalidade crítica defendida por Walsh (2009), que compreende a educação como um espaço de transformação social. Para a autora, a interculturalidade não deve restringir-se ao reconhecimento superficial das diferenças culturais, mas constituir uma prática política voltada à superação das desigualdades historicamente produzidas. Assim, o diálogo intercultural pressupõe relações horizontais entre os sujeitos, valorizando diferentes formas de conhecimento e diferentes modos de viver.

No campo da Linguística Aplicada, Moita Lopes (2006) destaca que o ensino de línguas precisa responder às demandas sociais do mundo contemporâneo, considerando a linguagem como prática social. Sob essa perspectiva, a formação do professor ultrapassa os limites do ensino gramatical, exigindo uma postura crítica diante das questões sociais, culturais e políticas que atravessam o uso da língua. O

professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos para atuar como mediador de processos de construção de sentidos e de formação cidadã.

A experiência vivenciada no projeto “Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar” evidenciou a importância dessa perspectiva na formação inicial docente. Durante as atividades desenvolvidas, foi possível compreender que ensinar Português como Língua de Acolhimento envolve muito mais do que selecionar conteúdos linguísticos. Cada aula exigia sensibilidade para compreender as trajetórias dos participantes, suas experiências migratórias, suas necessidades comunicativas e os diferentes contextos socioculturais presentes na turma.

O contato direto com refugiados e migrantes provenientes da Venezuela, da Colômbia e de outros países possibilitou vivenciar situações que dificilmente seriam experimentadas apenas no contexto das disciplinas curriculares da graduação. A convivência cotidiana favoreceu o desenvolvimento da escuta sensível, da empatia, da mediação intercultural e da capacidade de adaptar estratégias pedagógicas às necessidades reais dos estudantes.

Outro aspecto significativo refere-se à elaboração dos materiais didáticos utilizados nas aulas. A produção desses recursos exigiu constante reflexão sobre quais conteúdos seriam mais relevantes para a realidade dos participantes, priorizando situações comunicativas relacionadas ao cotidiano, como atendimento em serviços públicos, saúde, educação, trabalho e convivência social. Essa experiência contribuiu para aproximar teoria e prática, permitindo aplicar conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica em um contexto concreto de ensino.

Além do desenvolvimento de competências pedagógicas, a participação no projeto fortaleceu a compreensão acerca do papel social da universidade pública. As ações extensionistas demonstraram que o conhecimento produzido na universidade pode contribuir diretamente para enfrentar desafios sociais contemporâneos, aproximando ensino, pesquisa e extensão em benefício da comunidade. Nesse sentido, a atuação junto aos migrantes e refugiados proporcionou uma formação acadêmica mais crítica, ética e comprometida com a promoção da cidadania e da justiça social.

Freire (1996) afirma que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e abertura permanente ao diálogo. Essa concepção mostrou-se presente ao longo das atividades desenvolvidas no projeto, uma vez que os participantes não eram vistos apenas como aprendizes da língua portuguesa, mas também como sujeitos portadores de histórias, culturas, conhecimentos e experiências que enriqueceram o processo educativo. As aulas constituíram espaços de aprendizagem mútua, nos quais professores, extensionistas e estudantes compartilham saberes e construíam conhecimentos coletivamente.

A experiência extensionista reafirma a importância da interculturalidade como elemento estruturante da formação docente em cursos de Letras. Ao proporcionar o contato com diferentes realidades linguísticas e culturais, projetos dessa natureza contribuem para formar professores mais preparados para atuar em contextos marcados pela diversidade, fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas e socialmente comprometidas. Assim, a extensão universitária consolida-se como um espaço privilegiado de articulação entre teoria e prática, favorecendo uma formação docente alinhada aos princípios da educação intercultural e dos direitos humanos.

8. Considerações finais

O presente relato de experiência teve como objetivo refletir sobre as contribuições do projeto de extensão “Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar”, desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba, para o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) e para a formação inicial de professores de línguas em uma perspectiva intercultural. A partir das vivências desenvolvidas durante as ações extensionistas, foi possível compreender que o ensino da língua portuguesa, em contextos de mobilidade humana, ultrapassa a dimensão estritamente linguística, constituindo-se como uma prática social voltada à promoção da cidadania, da inclusão e dos direitos humanos.

As atividades realizadas evidenciaram que o PLAC representa uma importante política linguística de acolhimento, permitindo que migrantes e refugiados ampliem sua autonomia para acessar serviços públicos, estabelecer relações sociais e participar mais ativamente da sociedade brasileira. Nesse processo, a língua deixa de ser apenas objeto de ensino para tornar-se instrumento de interação, pertencimento e exercício da cidadania.

A experiência também demonstrou que a interculturalidade constitui um elemento indispensável às práticas pedagógicas desenvolvidas com esse público. O contato entre estudantes brasileiros e participantes provenientes da Venezuela, da Colômbia e de outros países favoreceu a construção de um ambiente de aprendizagem baseado no diálogo, na troca de experiências e no reconhecimento da diversidade cultural. Essa convivência possibilitou que todos os envolvidos compartilhassem conhecimentos, fortalecendo valores como respeito, empatia e solidariedade.

No âmbito da formação acadêmica, a participação no projeto proporcionou experiências que extrapolam os conhecimentos adquiridos em sala de aula. A elaboração de materiais didáticos, o planejamento das atividades, a observação das aulas e o contato direto com os participantes contribuíram para aproximar teoria e prática, favorecendo o desenvolvimento de competências pedagógicas, comunicativas e interculturais fundamentais para a atuação profissional do futuro professor de línguas.

Além disso, o projeto reafirma a relevância da extensão universitária como espaço de articulação entre ensino, pesquisa e compromisso social. Ao aproximar a universidade das demandas da comunidade, iniciativas como esta fortalecem o papel da instituição pública na construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e comprometida com a defesa dos direitos humanos.

Por fim, espera-se que este relato de experiência possa contribuir para as discussões sobre o ensino de Português como Língua de Acolhimento, incentivando o desenvolvimento de novas pesquisas e de outras ações extensionistas voltadas à população migrante e refugiada. Diante do crescimento dos fluxos migratórios no Brasil, torna-se cada vez mais necessário ampliar as reflexões sobre políticas linguísticas, interculturalidade e formação docente, de modo que a educação linguística possa responder, de forma crítica e humanizada, aos desafios impostos pela mobilidade humana contemporânea.

Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. 1989. *O ensino de português para estrangeiros: pressupostos para o planejamento de cursos e elaboração de materiais*. Campinas: Pontes.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. 2012. Ensino de português língua estrangeira/EPL: a emergência de uma especialidade no Brasil. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (org.). *Rosae: Linguística Histórica, História das Línguas e Outras Histórias*. Salvador: EDUFBA. 723-728.

FIGUEIREDO, Carolina Jucá de. 2009. A produção de materiais didáticos para o ensino de língua inglesa como LE a partir de uma abordagem intercultural. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

FREIRE, Paulo. 2021. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JUBILUT, Liliana Lyra. 2007. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. 2006. *Por uma linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.

SCHLATTER, Margarete; GARCEZ, Pedro de Moraes. 2012. *Línguas adicionais na escola: aprendizagens colaborativas em inglês*. Erechim: Edelbra,

SOUSA, Ester Nunes Biberg de. 2015. *Políticas linguísticas de ensino de português para refugiados no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.



SPOLSKY, Bernard. *Language Policy*. 2004. Cambridge: Cambridge University Press.

SPOLSKY, Bernard. *Language Management*. 2009. Cambridge: Cambridge University Press.

SPOLSKY, Bernard. What is language policy? 2012. In: SPOLSKY, Bernard (org.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press. 3-15.

UNESCO. 2006. *Intercultural Education: guidelines*. Paris: UNESCO.

UNHCR. 2024. (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). *Global Trends: Forced Displacement*. Geneva: UNHCR.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. 2025. *Projeto de Extensão "Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar" (PJ1871-2025)*. João Pessoa: UFPB, Documento institucional.

ANUNCIAÇÃO, Renata Franck Mendonça de. 2020. Português como Língua de Acolhimento: entre políticas linguísticas e práticas pedagógicas. In: GROSSO, Maria José dos Reis; GODOY, Gabriel Gualano de (org.). *Português Língua de Acolhimento: experiências e reflexões*. Brasília: Editora Universidade de Brasília,

WALSH, Catherine. 2009. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras,